

EM BUSCA DE FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA PSICOLOGIA DESCOLONIAL¹

Ramon Luis de Santana Alcântara

Universidade Federal do Maranhão

ramon.lsa@ufma.br

Resumo

Neste texto, abordo um percurso teórico que visa embasar um pensamento no campo científico da Psicologia, tomando como fundamentos conhecimentos oriundos do que se tem nomeado de Teoria Pós-Colonial, mediada pelos estudos foucaultianos. A crítica pós-colonial é considerada recente na história do pensamento das Ciências Sociais, e ainda mais recente no pensamento acadêmico no Brasil, considerando todas as ciências humanas e sociais. Notadamente, na Psicologia, atualmente se tem poucos trabalhos publicados que buscam tomar a crítica pós-colonial ou descolonial como fundamento teórico. Nesse sentido, este trabalho se justifica, ainda de maneira introdutória, pensar trajetórias para esse fundamento teórico de uma Psicologia Descolonial. Tomo esse desafio, mediando as Teorias Pós-Coloniais pelos estudos foucaultianos, que possibilita um entrelaçamento com os objetos de estudos da Psicologia, além de, nesta opção, demarcar minha perspectiva de análise sobre estes objetos. Metodologicamente, este texto se configura como um ensaio teórico, de cunho especulativo e propositivo para se pensar epistemologicamente uma Psicologia Descolonial. Para tanto, faço um breve percurso histórico pela Teoria Antropológica, situando como as Teorias Pós-coloniais emergiram entre os diferentes instrumentos analíticos da Antropologia. Destaco também como as noções de “colonialidade do poder” e “colonialidade do saber” possibilitam à crítica pós-colonial abrir novos horizontes analíticos nas Ciências Sociais e, tardiamente, na Psicologia. Por fim, apresento a partir da leitura de alguns pensadores latino-americanos, de que maneira os estudos foucaultianos podem contribuir com a fundamentação das Teorias Pós-coloniais e seu entrelaçamento com a Psicologia.

Palavras-chave: Psicologia Descolonial; Teorias Pós-coloniais; Estudos foucaultianos.

APRESENTAÇÃO

Este estudo se situa em um campo de reflexão emergente na América Latina que vem ganhando recentemente maiores proporções nas Ciências Sociais no Brasil, conhecido como Teorias Pós-coloniais. Como um leitor ainda iniciante dos pressupostos deste ramo de conhecimento, traço como objetivo para este texto realizar uma breve análise dos fundamentos pós-coloniais, dando ênfase àqueles que podem funcionar como ferramentas conceituais para pensar a Psicologia. Optei por analisar as contribuições dos teóricos pós-coloniais a partir de um ponto de investigação, a saber: as possíveis relações entre estes teóricos e as teorizações dos estudos foucaultianos.

Notadamente, situo este escrito na abordagem do filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, notório pensador pós-colonial que se baliza, nas suas análises pós-coloniais, em alguns

¹ Ensaio teórico escrito na oportunidade do convite para participar do e-book do VII Fórum Internacional de Pedagogia, através do GT – Psicologia da Educação.

aspectos da produção intelectual de Michel Foucault. Parto das propostas de Castro-Gómez (2007) para apontar possíveis usos dos estudos foucaultianos em pesquisas latino-americanas, especificamente no Brasil, como um exercício para pensar a possibilidade de uma Psicologia fundamentada nesses pressupostos. Para além do pensador colombiano, observo as críticas de outros teóricos pós-coloniais que se utilizam de outras matrizes filosóficas, em destaque aqueles que se fundamentam na proposta pós-colonial do peruano Aníbal Quijano.

Nesse sentido, este ensaio, à guisa de uma estruturação mais didática, se organiza, guiando-se nos seguintes pontos: As Teorias Pós-coloniais situadas na Teoria Antropológica; Pressupostos da colonialidade do saber e do poder; O pensamento de Michel Foucault a partir das análises pós-coloniais de Santiago Castro-Gómez; Elementos para se pensar uma Psicologia descolonial.

AS TEORIAS PÓS-COLONIAIS SITUADAS NA TEORIA ANTROPOLÓGICA

A Antropologia tem uma história que guarda uma evidente diversificação teórica, marcando posicionamentos diferentes acerca de seu objeto de estudo e em certo momento, sobre o que seria este objeto de estudo. Em um exercício histórico, podemos perceber três grandes divisões nesta diversidade que marcaram a construção de instrumentos analíticos, de abordagens e produção teórica. Toda organização teórica é discutível sempre, pois funciona mais como uma reorganização que propriamente uma alocação.

No entanto, a chamada Teoria Antropológica pode se dividir inicialmente em um paradigma clássico, com um início marcadamente evolucionista, com destaque para o pensamento de Lewis Morgan e James Frazer. Neste momento, a Antropologia utilizava o conceito de “evolução” como categoria explicativa para as diferenças entre as sociedades. Segundo Laplantine (2003, p. 49), em geral, a tese central do evolucionismo aponta que “existe uma espécie humana idêntica, mas que se desenvolve (tanto em suas formas tecnoeconômicas como nos seus aspectos sociais e culturais) em ritmos desiguais, de acordo com as populações, passando pelas mesmas etapas, para alcançar o nível final que é o da ‘civilização’”.

Ainda dentro de um paradigma clássico, outros autores foram surgindo, consolidando-se como fundadores desta ciência. Franz Boas representa a introdução de uma preocupação antropológica que irá se perpetuar anos após, que consiste em analisar a relatividade das culturas. Juntamente com Bronislaw Malinowski, ele é considerado o pai fundador da etnografia. Eles realizam uma mudança substancial na Antropologia, com a instauração do que hoje se tem como

trabalho de campo. Esta mudança de instrumental analítico permitiu que o antropólogo se aproximasse mais das sociedades que estava estudando (LAPLANTINE, 2003).

Émile Durkheim e Marcel Mauss irão se inserir nessa revolução metodológica da Antropologia clássica, como aqueles que irão fundamentar um quadro teórico sociológico para a atividade de campo. Segundo Laplatine (2003, p. 67),

Boas e Malinowski, nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, fundaram a etnografia. Mas o primeiro, recolhendo com a precisão de um naturalista os fatos no campo, não era um teórico. Quanto ao segundo, a parte teórica de suas pesquisas e provavelmente, como acabamos de ver, o que há de mais contestável em sua obra. A antropologia precisava ainda elaborar instrumentos operacionais que permitissem construir um verdadeiro objeto científico. É precisamente nisso que se empenharam os pesquisadores franceses dessa época, que pertenciam a chamada "escola francesa de sociologia". Se existe uma autonomia do social, ela exige, para alcançar sua elaboração científica, a constituição de um quadro teórico, de conceitos e modelos que sejam próprios da investigação do social, isto é, independentes tanto da explicação histórica (evolucionismo) ou geográfica (difusionismo), quanto da explicação biológica (o funcionalismo de Malinowski) ou psicológica (a psicologia clássica e a psicanálise principiante).

Com as contribuições dos pensadores clássicos da Antropologia, a ciência, do ponto de vista teórico e metodológico, alcança uma maturidade. Começam a surgir novos pressupostos teóricos que vão permitir pensar em uma Nova Antropologia, que estaria se destacando da Antropologia clássica. Nessa Antropologia contemporânea destacam-se inicialmente os trabalhos de Edward Evan Evans-Pritchard, que através da chamada Antropologia Social, vai partir da explicação para interpretação, dando uma maior ênfase ao significado cultural em detrimento da função.

Edmond Leach e Victor Turner também são expoentes pensadores dessa Nova Antropologia. O primeiro apontando que o antropólogo precisa, no trabalho etnográfico, investigar o dinamismo das atividades políticas das sociedades. Destaque para seu estudo sobre os sistemas políticos da Alta Birmânia, no qual ele demonstra como uma sociedade pode se constituir politicamente em relação a outra. De outro lado, Victor Turner enfatiza as investigações sobre símbolos, ritos de passagem e coesão social. A chamada Nova Antropologia ainda tem a contribuição de Erving Goffman, que irá priorizar os estudos da vida social no cotidiano, principalmente tentando entender o indivíduo diante da sociedade e seus papéis assumidos.

Entretanto, para além das contribuições desses renomados pensadores, que cada um com seu fundamento passou a compor o que se chama hoje de Teoria Antropológica, essa Nova Antropologia ficou socialmente e academicamente marcada pelas contribuições de Claude Lévi-Strauss que realizou uma releitura da Antropologia a partir dos princípios do Estruturalismo.

Laplantine (2003) aponta que a Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss consistiu em uma série de rupturas radicais. Ruptura com o Humanismo e a Filosofia, no que tange à ideia de sujeito; ruptura com o evolucionismo e com o historicismo; ruptura com o atomismo, que não considerava a totalidade; ruptura com o empirismo. Com uma crítica à Antropologia contemporânea, Claude Lévi-Strauss vai fundamentar sua ciência a partir de dois grandes aspectos: “a existência de um certo número de materiais culturais sempre idênticos” e “leis universais que regem as atividades inconscientes do espírito”.

Esta Nova Antropologia passa a ser questionada a partir das revoluções teóricas que as Ciências Sociais e Humanas vivenciam a partir da segunda metade do século XX. Inicia-se neste momento o que estou chamando de terceiro grande momento da Teoria Antropológica. Inicia-se um processo de desconstrução ou reconstrução da própria Antropologia. Aqui, podemos destacar inicialmente o pensamento de Clifford Geertz, com o seu interpretativismo simbólico. Este autor lança uma nova luz sobre a Antropologia, ao apontar que a interpretação do antropólogo é a interpretação da interpretação do informante. Nesse sentido, o trabalho da Antropologia sempre se baseia em entendimentos de entendimentos.

Este terceiro momento da Antropologia me permite retomar o objetivo deste texto, pois é nesse ponto histórico que começam a surgir os estudos subalternos e os estudos pós-coloniais que irão problematizar, sob outro prisma, toda a Teoria Antropológica até então. Os estudos subalternos criticam o colonialismo teórico dos grandes centros (Europa e Estados Unidos, em destaque) sobre os chamados “silenciados”. Aponta a necessidade de que o conhecimento precisa ser produzido de dentro para fora em uma cultura, quebrando a lógica hegemônica de poder e saber eurocêntrica.

Já os estudos ou as Teorias Pós-coloniais, objeto de análise deste escrito, podem se localizar na história da Antropologia da seguinte forma:

O campo das reflexões e estudos pós-coloniais se constitui como tal no fim dos anos 80, início dos 90, do século vinte. São estudos em diversas áreas disciplinares, marcados fortemente pela teoria literária e em seguida absorvidos pela história e pela antropologia. A principal proposta disciplinar no campo das reflexões pós-coloniais é o seu caráter transversal, que perpassa a teoria literária, a psicanálise, a filosofia, a antropologia, a história e a política. Esta característica marca a sua forte presença entre os Cultural Studies (HALL, 2003) e as influências desta sobre as reflexões do pós-colonial. No entanto, esta não é uma área que apresenta consensos em torno de categorias ou do que significa a própria definição de pós-colonial, bem como no que diz respeito a outros tantos conceitos e categorias utilizados. O que se pode dizer é que as referências ao termo e suas problematizações surgiram primeiramente entre os teóricos anglo-saxônicos (nos EUA, Inglaterra, Austrália, bem como nas antigas colônias inglesas) e multiplicaram-se também entre os intelectuais da diáspora do colonialismo francês, neerlandês e mais recentemente do português e espanhol (MARCON, 2013, p. 01).

PRESSUPOSTOS DA COLONIALIDADE DO SABER E DO PODER

A noção de colonialidade do saber e do poder causam uma reviravolta na forma de se pensar o fazer antropológico, consolidando uma nova perspectiva teórica conhecida então como Teorias Pós-coloniais.

Hall (2009, p. 54) é enfático ao rechaçar uma crítica mais ingênua aos estudos pós-coloniais, afirmando que não se trata de antes/depois, mas “ao contrário, o ‘pós-colonial’ marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra”. Stuart Hall, um dos grandes expoentes teóricos da perspectiva pós-colonial, continua afirmando que o termo “pós-colonial”

[...] relê a ‘colonização’ como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou ‘global’ das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do ‘aqui’ e ‘lá’, de um ‘então’ e ‘agora’, de um ‘em casa’ e ‘no estrangeiro’. ‘Global’ neste sentido não significa universal, nem tampouco é algo específico a alguma nação ou sociedade (HALL, 2009, p. 102).

Essa crítica apontada às grandes narrativas é direcionada também à Antropologia, aos teóricos que fundamentaram os discursos imperialistas ao longo da história. Esta mesma crítica irá ser o fundamento principal para a elaboração dos conceitos de colonialidade do saber e de colonialidade do poder entre os teóricos dos estudos pós-coloniais na América Latina.

Seguindo as orientações semelhantes às do jamaicano Stuart Hall, Castro-Gómez (2012, p. 214) aponta a necessidade de se pensar um campo teórico específico da América Latina, mas que não desconsidere suas relações de poder, que possa superar a “tensión entre la filosofía moderna europea y la filosofía latinoamericana”.

A noção de colonialidade de poder, em Santiago Castro-Gómez, se fundamenta nas teorizações analíticas sobre o poder de Michel Foucault. Castro-Gómez (2012, p. 215), entretanto aponta que “la ‘colonialidad del poder’ no puede ser subsumida bajo ninguno de los tipos de poder examinados por Foucault en sus libros: no es ni poder soberano ni poder pastoral ni poder disciplinario ni biopoder”. O autor aponta que se trata de um conceito emergido na Colômbia e na América Latina de heranças coloniais que só as Teorias Pós-coloniais poderiam discutir, funcionando como uma mediação entre as contribuições da ontologia do presente foucaultiana e a especificidade da história latino-americana.

Outro teórico pós-colonial que formulou a noção de colonialidade do poder e se consolidou com um representante da crítica pós-colonial foi Aníbal Quijano. Todavia, a matriz teórica deste autor difere daquela de Santiago Castro-Gómez, pois se baseia em uma perspectiva universalista de poder, mais próxima das análises marxistas das relações entre dominantes e dominados. Huguet (2012) aponta que o poder em Aníbal Quijano segue a tradição da análise hierárquica, para ele este autor é claro quando afirma que

[...] la colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal (QUIJANO, 2007, p. 93 citado por HUGUET, 2012, p. 63).

Esta posição de Aníbal Quijano recebe críticas por parte do Santiago Castro-Gómez, pois este acredita que o erro do primeiro é se utilizar da ideia de colonialidade do poder e centralizar todas as análises das relações sociais em suas diversas dimensões. Castro-Gómez (2012, p. 219) coloca que Quijano “impide comprender el *modus operandi* de las herencias coloniales en América Latina. Desde una perspectiva macro-sociológica como la de Quijano, la colonialidad del saber y la colonialidad del ser no son más que ‘derivaciones’ de una ‘última instancia’ de carácter económico-político que sería la colonialidad del poder”.

Para Castro-Gómez (2012), estas três dimensões da colonialidade (saber, poder e ser) precisam ser analisadas distintamente. Se a colonialidade do poder apresenta a dimensão econômica-política das heranças coloniais, a colonialidade do saber faz referência à dimensão epistêmica da mesma e a colonialidade do ser, à dimensão ontológica. Assim, a análise não deve ser arborescente, partindo da colonialidade do poder para entender todas as relações na América Latina, nem pode se restringir a uma vertente macrossociológica. Castro-Gómez (2012) propõe um estudo pós-colonial que se utilize de uma visão rizomática das relações, no qual os âmbitos molares (macro) e moleculares (micro) se relacionem sem centralidade. Para o autor colombiano, “no hay algo así como ‘la’ colonialidad, dotada de una *misma* racionalidad en todas sus manifestaciones, racionalidad que se daría básicamente en el nivel de la explotación etno-racial del trabajo en una escala planetaria” (CASTRO-GÓMEZ, 2012, p. 220).

Desta forma, a noção de colonialidade do poder se relacionando com a colonialidade do saber é de uma importância fulcral nas análises que estão sendo construídas neste texto. Como nos aponta Castro-Gómez (2005, p. 186):

[...] a tarefa de uma teoria crítica da sociedade é, então, tornar *visíveis* os novos mecanismos de produção das diferenças em tempos de globalização. Para o caso latino-americano, o desafio maior reside numa “descolonização” das ciências sociais e da filosofia. E ainda que este não seja um programa novo entre nós, do que se trata agora é de livrar-nos de toda uma série de *categorias binárias* com as quais trabalhamos no passado: as teorias da dependência e as filosofias da libertação (colonizador *versus* colonizado, centro *versus* periferia, Europa *versus* América Latina, desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, opressor *versus* oprimido, etc.), entendendo que já não seja possível conceitualizar as novas configurações do poder com ajuda desse instrumental teórico. Deste ponto de vista, as novas agendas dos estudos pós-coloniais poderiam contribuir para revitalizar a tradição da teoria crítica em nosso meio.

O PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT A PARTIR DAS ANÁLISES PÓS-COLONIAIS DE SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ

Para fundamentar as noções de colonialidade do saber, do poder e do ser, o filósofo Santiago Castro-Gómez recorre a alguns conceitos desenvolvidos por Michel Foucault. Nesse exercício de fundamentação, o autor colombiano provoca uma mediação do pensamento foucaultiano pelas vias da crítica pós-colonial, o que acarreta na possibilidade de se pensar uma pesquisa pós-colonial, utilizando-se das ferramentas do filósofo francês. Bem verdade, como aponta Castro-Gómez (2007) essa mediação não é simples e deve ser marcada por algumas precauções.

Inicialmente, Castro-Gómez (2007) desenvolve sua crítica à concepção hierárquica de poder que Aníbal Quijano se utiliza a partir do marxismo e do estruturalismo, para fundamentar a noção pós-colonial de colonialidade do poder. Nesse sentido, ele irá defender que as contribuições da analítica do poder heterárquica utilizada por Michel Foucault poderiam colaborar mais para o desenvolvimento das Teorias Pós-coloniais que àquela adotada pelo pensador peruano. Castro-Gómez (2007, p. 156) defende que

[...] en sus Lecciones del College de France, particularmente en Defender la sociedad (1975-76), Seguridad, Territorio, Población (1977-78) y El nacimiento de la biopolítica (1978-79), Foucault desarrolla una teoría heterárquica del poder que puede servir como contrapunto para mostrar en qué tipo de problemas caen las teorías jerárquicas desde las que se ha pensado el tema de la colonialidad. De hecho, y aunque – como digo - no es un tema central de estas lecciones, mi estrategia será rastrear el modo en que Foucault entiende allí el problema de la colonialidad y tratar de establecer una relación con su teoría heterárquica del poder. Para ello primero examinaré la relación entre racismo y biopolítica, para seguir con un análisis del modo en que Foucault entiende el funcionamiento de regímenes globales de poder. Finalmente, haré unas precisiones en torno al concepto de heterarquía y mostraré su utilidad epistemológica y heurística.

É realizada, então, uma leitura da concepção que Michel Foucault constrói acerca da relação do Estado com a população, fazendo emergir uma outra relação entre Biopolítica e racismo/colonialismo. Em seus estudos, Foucault (2005, p. 286) anuncia:

[...] parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico.

Trata-se do que posteriormente ele nomeia como biopoder. Se antes o soberano tinha o poder de fazer morrer e deixar viver, após os novos direitos políticos do século XIX, o que rege a vida dos indivíduos é a máxima: fazer viver, deixar morrer. Existe um arsenal de tecnologias que busca controlar e vigiar a vida humana de forma que a faça ter seus corpos treinados.

Aqui, Foucault (2005) identifica dois modos particulares de tecnologias de poder que se colocam em função desse biopoder. Por um lado, têm-se as tecnologias disciplinares que vigiam e buscam controlar o homem-corpo, suas técnicas são individualizantes, de assujeitamento. Por outro, surge a biopolítica, tecnologia que visa reger o homem-espécie, agora com objetivos massificantes, exercendo controle sobre aspectos globais da vida, como nascimento, doença e morte, por exemplo.

Essa biopolítica transforma fenômenos naturais da vida, como a morte, em alvo de estudo, contrapondo-a a vida, como algo que se buscará extirpar. Nesse contexto, surge a medicina como higiene pública, o poder psiquiátrico e o problema da cidade. Esse conjunto de saber-poder vai se articular para intervir na vida social. Agora não é mais o disciplinamento do corpo que está em foco, mas a regulamentação da espécie. O foco é a vida, como aspecto global, a morte é o limite vergonhoso do poder de controle da vida. A biopolítica é a bioregulamentação do Estado, é este agindo sobre a vida da população. Em suma, a ideia é que

[...] a sociedade ou o Estado, ou o que deve substituir o Estado, tem essencialmente a função de incumbir-se da vida, de organizá-la, de multiplicá-la, de compensar suas eventualidades, de percorrer e delimitar suas chances e possibilidades biológicas (FOUCAULT, 2005, p. 313).

Como isso, Michel Foucault pontua uma relação estreita entre o poder disciplinar e a biopolítica, mais especificamente, entre o poder das instituições, que exerce uma anatomo-política, e o poder do Estado, que visava a bioregulamentação. Assinala ainda que, por diversas vezes na história, as práticas disciplinares foram utilizadas para aumentar a potência política e econômica do Estado.

Foucault (1988) afirma que o biopoder, através dessa relação entre as tecnologias disciplinares que controlavam o corpo para a produção, e a biopolítica, que ajustava os fenômenos de população aos processos econômicos, constituíram-se como elementos cruciais para o desenvolvimento do capitalismo.

Sobre estes questionamentos, Foucault (2008) introduz um debate acerca do que seria esse Estado que se coloca como bioregulamentador. Para ele, primeiramente tem-se que compreender que quando se fala de uma análise das funções desempenhadas pelo Estado, há-se que perceber que não existe Estado, em sua essência. O Estado não é universal, não é uma fonte por si mesma de poder, auto-regulada. Para Foucault (2008, p. 106), o Estado é

[...] o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade central, etc.

Dito de outra forma, o Estado nada mais é do que um regime de governamentalidades múltiplas. É sob esse prisma que se deve estudar e analisar o Estado, através das práticas de governamentalidade. Para Foucault (1979), o Estado não tem esse lugar centralizado e universal que se costuma lhe fornecer, não tem uma unidade, uma funcionalidade rigorosa. O que importa, segundo o pensamento foucaultiano, não é a estatização da sociedade, mas a governamentalização do Estado. Segundo Foucault (1979), foi a governamentalização do Estado que lhe permitiu sobreviver, pois a partir dela são definidas as táticas de governo que redefinem constantemente as funções do Estado, o que é público, o que é privado, o que é estatal, etc.

Castro-Gómez (2007) parte dessas análises para apontar que tomar a crítica pós-colonial a partir dos estudos foucaultianos, é se voltar para as questões anatomo-políticas (micro), biopolíticas (meso) e geopolíticas (macro). Assim, tem-se a análise das relações coloniais em um nível molecular e em um molar, como ele insiste, utilizando-se das premissas de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Huguet (2012) marca inclusive que Santiago Castro-Gómez, ao mediar o uso de Michel Foucault a partir dos estudos pós-coloniais, com a ideia de geopolítica, avança em relação a este. Segundo Huguet (2012, p. 74),

[...] vemos, pues, que hasta ahora nos hemos encontrado con dos tecnologías, la *anatomopolítica* o disciplinaria y la *biopolítica* o reguladora, siendo la raza un elemento de la segunda. A ellas se añade, en el análisis de Santiago Castro, la *geopolítica*, es decir, aquella tecnología que atiende a las relaciones a nivel global del sistema-mundo.

Tendríamos entonces la *corpo-política* o *microfísica de los cuerpos* en la que operan las tecnologías del yo, la *bio-política* que opera a nivel de las poblaciones y garantiza la gobernabilidad, y la *geo-política* que actúa a nivel planetario en su apropiación de los recursos.

Nesse sentido, a crítica pós-colonial aponta para outros direcionamentos que o europeu Michel Foucault não poderia pensar. A geopolítica, tomando não só uma análise intraeuropea, possibilita o desenvolvimento do conceito de colonialidade do poder, para além do biopoder. A colonialidade do poder não foi estudada por Michel Foucault, como aponta Castro-Gómez (2012), pois é algo específico da Colômbia, bem como dos outros países da América Latina.

Evidentemente que a crítica marcante às pesquisas de Michel Foucault como eurocêntrica são cabíveis e precisam ser apontadas pelos autores pós-coloniais. Sua “cegueira” teórica ao processo do colonialismo precisa ser marcada, para que autores de orientação pós-colonial se utilizem dos estudos foucaultianos exercendo a hipercrítica. Contudo, como aponta Huguet (2012, p. 75), “Foucault sería considerado pues un ‘pensador eurocéntrico’, lo que no obsta para que su modo de proceder y algunas de sus tesis sean de gran provecho para la teoría decolonial.”

ELEMENTOS PARA SE PENSAR UM PSICOLOGIA DESCOLONIAL

Essa breve seção do presente texto funciona muito mais como espaço de reflexão, à guisa de algumas considerações finais. A história da Teoria Antropológica, destacando a emergência das Teorias Pós-coloniais e sua articulação com os estudos foucaultianos, abre luz sobre a pesquisa em Psicologia.

Tenho como linha de pesquisa analisar as relações de poder de diferenciação nas instituições escolares. Assim, abordo como a diversidade em sua multidimensionalidade aparece na escola como um elemento da trama saber-verdade-poder-subjetivação, tomando isso a partir dos estudos foucaultianos. Durante minha trajetória de pesquisa, sempre situei minhas pesquisas em um campo interdisciplinar, tracejando rotas entre as Ciências Sociais e a Educação. Recentemente tenho pensado como o meu objeto de estudo guarda uma especificidade com o objeto de estudo da Psicologia, especialmente, quando em última instância me preocupo com o processo de subjetivação e identitário dos indivíduos que estão envoltos nessas relações de poder de diferenciação. É nesse interim, que ampliei meu interesse de pesquisador em uma fundamentação teórica na Psicologia a partir das Teorias Pós-Coloniais.

No que se refere às contribuições da Teoria Pós-colonial, pensar o Brasil nesta ótica me fornece um parâmetro de análise de formações discursivas que nenhum outro da filosofia europeia poderia. Entender o sujeito “brasileiro”, a partir de suas heranças coloniais e a partir da concepção da colonialidade do saber, do poder e do ser, abre novos horizontes para discutir ética, diversidade, subjetivação, identidade e liberdade. Tomar um Michel Foucault, mediado por Santiago Castro-Gómez e outros autores pós-coloniais, fornece novas linhas de fugas para seus estudos.

Assim, penso que o meu objetivo de pesquisa ganha mais vida a partir destas leituras. A apropriação dos estudos foucaultianos por autores latino-americanos corporifica os discursos do filósofo francês. Coaduno com o pesquisador colombiano Giraldo (2009, p. 225), quando afirma que

[...] las investigaciones de Michel Foucault no conducen a un pensamiento negativo, circular, sin alternativas y sin salida. La disolución de la noción de sujeto constituyente permite al pensador francés realizar desplazamientos permanentes y abrir su reflexión a una búsqueda que concluye con la propuesta de una resistencia como arte de existir. En este sentido, la obra de Foucault, vista retrospectivamente, gira alrededor del sujeto: el sujeto objetivado por el saber y por el poder, y el sujeto en proceso de su propia subjetivación.

Este ensaio se configurou muito mais como uma “busca” de diálogos com os autores citados e com os leitores sobre essa intencionalidade teórica, do que o estabelecimento de bases fixas de pensamento sobre uma Psicologia Descolonial. Situo meu texto como um convite aos pesquisadores em Psicologia, nas suas diversas áreas, a pensar e criticar a perspectiva pós-colonial que lança luz sobre nossos sujeitos de pesquisa e objetos de estudo. As noções de colonialidade do saber, do poder e, especialmente, do ser é uma convocação que as Ciências Sociais fazem à Psicologia, no intuito desta incorporar em seus estudos tais preocupações analíticas.

REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Michel foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 6, Junio, 2007 .

_____. Los avatares de la crítica decolonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 16, Enero-Junio, 2012 .

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIRRALDO, Reinaldo. La ética en Michel Foucault o de la posibilidad de resistencia. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 10, Junio, 2009.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HUGUET, Montserrat. El análisis del poder: Foucault y la teoría decolonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 16, Enero-Junio, 2012 .

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARCON, Frank. **Estudos pós-coloniais em reflexão**. Disponível em: <http://www.nuer.ufsc.br/artigos/estudosfrank.htm>. Acessado em: 10/02/2013.